

# Amigos descobrem tesouro enterrado em casa

O objetivo era cavar um buraco para formar o alicerce de uma edícula no fundo da casa do eletricista Roberto José da Silva, no Jardim Jandaia. Acompanhado do amigo Airton Gonçalves Siqueira, pedreiro de profissão, lá foi ele. Mãos à obra!

Armados de pás e outras ferramentas para a empreitada, os dois amigos não precisaram atingir nem um metro de profundidade para terem uma grande surpresa. Sem mapas, Roberto e Airton encontraram o que consideraram um verdadeiro tesouro: 260 moedas, datadas de 1870 a 1942. Elas estavam sobre um prato dourado, que ostentava um brasão imperial e a frase “Império do Brasil, 1887”.

Tanto as moedas quanto a pequena bandeja foram enterradas dentro de um baú, que virou pó ao entrar em contato com o ar. “A poeira parecia um talco”, salientou Airton. “Levamos um baita susto quando encontramos a caixa. Guardamos tudo e só chamamos a imprensa depois de quatro meses. Tínhamos medo de que as pessoas invadissem a casa ou resolvessem cavar no meu quintal”, justificou Roberto, com certa razão.

A descoberta, se não os fez ricos, ao menos os tornou famosos – ainda que temporariamente. Os amigos foram parar no programa Leão Livre, da TV Record, apresentado por Gilberto Barros.

Lá, mostraram as moedas e a bandeja a um numismata (especialista em moedas, cédulas e medalhas). Segundo ele, que aconselhou os amigos a procurarem um ourives, várias moedas do lote eram de prata.

“Não vamos vender enquanto não tivermos certeza do valor real das peças. Depois, vamos dividir o dinheiro e acabar de construir nossas casinhas”, revelou Airton. “Não sou ourives, mas fizemos um teste rudimentar e acreditamos que há pelo menos 35% de ouro nas peças”, completou Airton, exibindo um anel feito com uma das moedas.

Os dois afirmaram, à época, que tinham recebido uma proposta de R\$ 10 mil pelo tesouro. No entanto, considerando apenas as moedas citadas na matéria, nenhuma chama-va atenção pela raridade.

Ainda assim, eles não perderam a esperança. “Queremos vender. Se tivéssemos condições, doariamos a algum museu. Agora, se a maior proposta de um empresário for igual à de um museu, vamos dar preferência museu”, garantiu Roberto.

### Cemitério de Leprosos

A dúvida era como e porque as moedas teriam sido enterradas. A resposta pode estar no final do século XIX...

Em 1887, o governo provincial (equivalente ao governo estadual de hoje) oficializou a fundação do bairro Barracão, que abrangia uma vasta área, inclusive parte do atual Ipiranga. Dois anos antes, o local já abrigava o Núcleo Colonial Antônio Prado, uma fazenda destinada a receber os milhares de imigrantes chegados da Itália. “Não sabemos se a antiga fazenda funcionava como um viveiro de mão-de-obra ou se atendia pessoas que não tinham ofício”, ressaltou Mauro da Silva Porto, funcionário do Arquivo Público e

Histórico de Ribeirão Preto.

Anos depois, a região acompanhou a construção do Hospital de Isolamento, destinado a receber pessoas portadoras de Hanseníase – à época, o preconceito era grande contra os portadores da doença.

Entre as ruas General Câmara e Javari foi instalado o Cemitério dos Leprosos. Os corpos eram retirados do hospital e levados diretamente para o local. “Quando mudei para cá, em 1978, ainda encontrava cruzeiros por aí”, recordou Airton. “Talvez essas moedas tenham sido enterradas com algum dos pacientes. Os parentes podem até ter ficado com medo de contaminação”, completou Porto.

O hospital foi demolido em 1942, justamente a data da mais moeda “mais nova” encontrada pelos amigos.

### Falsificação

Porto, que por muitos anos trabalhou no Arquivo Público de Ribeirão Preto e colaborou com centenas (ou até milhares) de trabalhos realizados por estudantes, jornalistas, historiadores, arquitetos e outros profissionais, levantou outra questão sobre a descoberta. No caso, especificamente do prato.

“Todos os objetos que apresentavam o brasão do Império eram cunhados a ouro. Acredito que essa também seja. Se não for, pode ser a primeira prova de falsificação de objetos no Brasil. Ou de Ribeirão Preto”, afirmou.

Pode ter sido o primeiro caso, mas não o único. Nos anos 1930, Ribeirão Preto ganhou fama no Brasil pela falsificação de moedas.



Roberto mostra o tesouro encontrado no fundo de casa



Moedas e o prato que estavam enterrados no Jardim Jandaia

## Osvaldo, o colecionador de histórias

Até o fim da vida, o nome de Osvaldo Luiz Collucci de Oliveira foi referência em Ribeirão Preto quando se falava em moedas e cédulas. Falecido em 2023, ele era dono de uma loja numismática no centro da cidade, por onde passaram centenas de colecionadores e apaixonados pelo assunto.

O Tribuna, como bom contador de histórias, também esteve lá. E em uma matéria de página inteira, assinada pelo atual editor Hilton Hartmann, mostrou curiosidades do colecionismo, que certamente devem ter incentivado novos adeptos.

Collucci contou que colecionar não era uma tarefa fácil. Pelo contrário, exigia paciência, conhecimento e dedicação. Não basta juntar quinquilharias para se tornar um colecionador, mas sim entender o contexto histórico-social que envolve o material.

“O colecionador é um estudioso, conhece a origem dos objetos e a história dos fabricantes. O resto é ajuntador”, explicou ele, que além de cédulas e moedas colecionava selos e LPs.

Apaixonado por história, ele mantinha uma vasta biblioteca segmentada sobre o assunto, sendo capaz de identificar a procedência de uma peça à primeira vista. Também conhecia como ninguém o perfil dos colecionadores. “Existem dois tipos: os que



Colecionador possuía moedas e cédulas de mais de 200 países diferentes

seguem a linha de fabricação de uma peça e os que colecionam vários objetos, mantendo sempre o

mesmo gancho”.

Ao contrário do que muitos pensam, Collucci revelou que nem

todas as coleções possuem um alto valor financeiro. A dele era um exemplo, afirmou. “As peças raras custam caro, não é para qualquer um. E, mesmo que todos dispusessem de recursos, não haveria peças. Se houvesse, não seriam raridades”.

O colecionador afirmou que possuía moedas e cédulas de 212 países. “Mas é por brincadeira, não considero isso uma coleção”, disse, com humildade.

Entre as muitas peças, guardadas em álbuns, pastas e carteiras, duas chamaram a atenção da reportagem: uma nota de um milhão e outra de dez mil marcos. “Uma é de 1919 e a outra de 1923. A Alemanha tinha acabado de perder a Primeira Guerra e a inflação era altíssima”, explicou.

### Selos

A primeira paixão, lembrou Collucci, foram os selos. Ele tinha 13 anos, em 1969. Desde então, nunca mais parou. Entre as peças preferidas desta coleção estava um exemplar do Império, com carimbo de Ribeirão Preto.

“Comprei num leilão em Belo Horizonte. Achei interessante porque Ribeirão era um acampamento na época, não uma cidade”, disse ele, que além desta raridade guardava com carinho o selo em comemoração aos 100 anos da cidade.

### Moedas falsas de Ribeirão fazem sucesso entre colecionadores

ARQUIVO



Moeda falsa produzida em Ribeirão Preto ganhou fama entre colecionadores

Contam que no final dos anos 30 um torneiro da Vila Tibério começou a “fabricar” moedas de 500 réis. De tão parecida com as originais, as moedas eram facilmente aceitas pelo mercado. A única diferença foi justamente o detalhe que teria salvado o torneiro da prisão: o ano gravado nas moedas. Naquelas hoje conhecidas como “Falsas de Ribeirão Preto” estava gravado 1929, ano no qual não foram cunhadas moedas de 500 réis. Esse argumento supostamente teria sido usado pelo advogado do engenhoso torneiro para que o cliente respondesse por simulação – e não falsificação – de dinheiro.





# Brasil, 500: Estátua para Cabral

## Governantes buscam símbolos de ostentação, afirma psicoterapeuta



Monumentos ajudam na preservação da memória e no resgate da história

Políticos de todas as épocas e de todos os cantos buscam a eternidade em obras de concreto. Em 1999, Ribeirão tinha cerca de 40 monumentos, entre placas comemorativas, estátuas e obras de arte. A mais antiga era o busto do Barão do Rio Branco, instalado em frente ao Palácio Rio Branco, em 1913.

“Todos os governantes têm simpatia por símbolos de ostentação e totens. Muitos buscam satisfação pessoal e demonstração de poder. Mas, principalmente, procuram marcar o poder, deixar o registro de sua administração. O trem-bala é um exemplo. É uma demonstração tecno-

lógica de poder. Isso acontece desde os tempos dos faraós”, debateu o psicoterapeuta Régis Vianna.

Para ele, o fascínio pelo concreto não chegava a ser uma doença. “Os monumentos ajudam na preservação da memória, no resgate da história de um país. É muito importante preservar os símbolos da Pátria. Tudo depende do significado da obra. Uma estátua para comemorar o sesquicentenário de Ribeirão Preto (que seria festejado em 2006), por exemplo, seria mais importante do que um monumento aos 500 anos do Descobrimento”, concluiu.

## Tradição da flor de lótus



Cultivo da flor de lótus é uma tradição oriental

Entre as tradições mantidas pela colônia japonesa em Mombuca está o cultivo da flor de lótus, um hábito milenar no Oriente. Diz a lenda que Buda, numa de suas peregrinações, sentou-se comodamente na flor, achatando seu miolo, que tem a aparência de um banquinho, todo furado.

Em Mombuca, os imigrantes não poderiam esquecer seu perfume, sua exuberância física e o alto valor

nutricional de suas raízes. Noritda Miyazaki era um dos cinco agricultores que mantinham a tradição do plantio da flor na colônia, associado a outras culturas. Eram produzidas cerca de 400 caixas da raiz da flor por ano, então vendidas, em média, a R\$ 30 cada. Todo o mercado consumidor estava em São Paulo, principalmente imigrantes e apaixonados pelas tradições orientais.



Pedro Álvares Cabral: Descobridor é lembrado em rua central de Ribeirão Preto

Para quem viveu a virada do último século, dois assuntos chamavam a atenção e tinham espaço em qualquer bate-papo: o bug do milênio e os 500 anos do Brasil. Sobre o primeiro, já mostramos o impacto em Ribeirão Preto. Agora chegou a vez do aniversário do Descobrimento do Brasil...

Pelos quatro cantos do país, pipocaram homenagens, festas, inaugurações, marcos... Tudo que pudesse ser relacionado aos 500 anos da chegada dos portugueses foi usado, principalmente por políticos, de olho na eternização do nome em placas. Por aqui não foi diferente.

Tramitou na Câmara um projeto do vereador Antônio Carlos Morandini, então presidente da Casa, que autorizava o Executivo a firmar parcerias com a iniciativa privada para a construção de um monumento em homenagem aos 500 anos do Descobrimento. “Seria um marco, que devolvesse o aspecto da nacionalidade”, defendeu o autor, na época.

A intenção, dizia, era resgatar o patriotismo perdido com o fim do hasteamento da Bandeira e a execução



## Mombuca temia perder os filhos para outras cidades

Mombuca é um distrito de Guataporá - que por sua vez um dia fez parte do município de Ribeirão Preto. Ali está uma das últimas colônias rurais de imigrantes (no caso, japoneses) do Brasil.

O Tribuna esteve lá. E a maior preocupação, então, dos seus moradores era uma só: o esvaziamento da colônia.

Fundada por 12 famílias, em 1962, após a Segunda Guerra Mundial, quando o governo japonês incentivou - inclusive financeiramente - a vinda dos imigrantes ao Brasil, a colônia sempre manteve intactos os costumes e a cultura do país de origem.

O medo era de que isso não fosse mais suficiente para garantir a perpetuação de um “mini” Japão na Alta Mogiana. A geração da época, netos dos imigrantes primitivos, formados e do-



Futuro de jovens era preocupação para colônia japonesa de Mombuca

nos de opiniões próprias (às vezes bastante diferentes dos valores dos pais e avós) estava enfiando o diploma de baixo do braço e se mudando para São Paulo, Curitiba ou até mesmo Tóquio.

O jornal citou que, de 1962 a 1975, Mombuca re-

cebeu quase mil imigrantes. Em 1999, só sobravam 113 famílias, com média de idade superior a 40 anos. O saldo negativo ultrapassava 200 adultos, todos diplomados e beneficiados pelo alto poder aquisitivo conquistado pelos antepassados.

do Hino Nacional nas escolas públicas do país. “Todos sabem de seus direitos, mas desconhecem os deveres que têm com a Pátria”, afirmou Morandini. “Tal data poderá ser marcada definitivamente em nosso município com a construção de um marco alusivo, demonstrando o sentimento cívico da nossa população”.

Segundo o projeto de lei, que não teve andamento, além de indicar a celebração de parceria com empresas públicas ou particulares (para arcarem com os custos), a obra deveria ser erguida por artistas de Ribeirão Preto e instalada no Parque Ecológico Maurílio Biagi.

“O projeto só será viável se a iniciativa privada arcar com as despesas. A situação financeira da prefeitura não é boa. Há coisas mais importantes para resolver”, reconhecia o vereador, que afirmou não ter ideia de quem ou o que poderia simbolizar a data. Ele propunha uma pesquisa entre os alunos das escolas públicas de Ribeirão Preto para escolha do homenagemado.

### Candidatos

Se Morandini não fazia ideia - ou não queria expor a sua opinião - de quem homenagear, o povo dava suas sugestões.

“Deveriam construir uma caravela e deixá-la exposta em praça pública, como fizeram com a locomotiva da Mogiana”, opinou a dona de casa Anadir Firmino Anglacio, comparando com a histórica peça que por muitos anos ficou abandonada na praça Schimdt, na Vila Tibério.

Fernando Chiarelli, ex-vereador, foi irônico. “Deveriam construir pirâmides para guardar petrificadas, as múmias que comandam Ribeirão”, afirmou o político, que no curto período em que esteve na Câmara Municipal foi autor do projeto que deu o nome de Ayrton Senna ao viaduto da Costábile Romano.

Sem estátua ou marco comemorativo, o Descobrimento segue sendo lembrado apenas na rua Álvares Cabral - que muitos, pela falta do “Pedro”, acabam nem sempre associando ao navegador...

Na época, o único projeto aprovado pelos vereadores em relação ao tema teve como autora a depois prefeita Darcy Vera, e autorizava o Executivo a criar e implantar um concurso de cartazes, entre os alunos da rede municipal de ensino, com o tema “Brasil 500 anos - Eu conheço minha história”.





# Ir ou não de táxi, eis a questão!



Coopertáxi, ponto da discórdia entre taxistas

Bem antes dos aplicativos popularizarem as viagens, os passageiros que queriam fugir do transporte coletivo só tinham uma opção: apelar para os taxis. Em Ribeirão Preto, havia vários pontos dos chamados “motoristas de praça”, espalhados por toda a cidade. Eram tantos motoristas que, na virada do século, a cidade parou de conceder licenças para quem quisesse trabalhar como taxista. “Não há espaço para mais ninguém. Ribeirão Preto não pode conceder licença para taxistas até que a cidade comporte um milhão de habitantes. De acordo com a lei 5.499, de 30 de maio de 1989, o número de automóveis de aluguel no município será proporcional à população, na razão de um veículo para cada grupo de 2,5 mil habi-

tantes”, publicou o Tribuna, em agosto 1999. Na época, a cidade tinha cerca de 460 mil moradores e 184 taxistas, tudo segundo o mais recente censo do IBGE | Instituto Brasileira de Geografia e Estatística. Ou seja, exatamente o teto previsto a legislação. Mas, talvez pressentindo o que viria pela frente, os motoristas de taxi não estavam satisfeitos. Muito pelo contrário. Baseados nesses números, eles questionavam uma cooperativa de motoristas – lembre-se, ainda não havia Uber e nem outros aplicativos. A empresa tinha comprado um estande no NovoShopping e estava alugando vagas. “A Coopertáxi adquiriu uma área particular, tem o direito de explorar o serviço naquela região”, afirmava

Francisco Álvaro Fortes Paiva, supervisor da Divisão de Administração de Trânsito (DAT), setor responsável pela operação dos pontos de táxi. Taxistas deveriam estar cadastrados em algum dos pontos existentes na cidade. Porém, uma portaria do DAT não permitia até o final daquele ano a instalação de novos locais. Diante da necessidade de atendimento em algum local movimentado, o departamento então autorizaria a extensão de pontos próximos. Era o caso do centro de compras. Ali já havia um ponto de táxi, instalado em um hipermercado. Como a lei não autorizava a criação de novos locais, o shopping deveria ser atendido por motoristas do Jardim Paulista, Lagoinha ou São José.

“Realizamos uma reunião com todos os coordenadores de pontos. Obviamente, todos os taxistas tinham representantes. Quem determina quais os taxistas que trabalharão no local é o coordenador do ponto, que costuma efetuar um rodízio. Mas há muita gente reclamando que alguns motoristas não estão cumprindo essas determinações”, explicou Fortes Paiva. Por isso, os taxistas entendiam que a estratégia da Coopertáxi era injusta – lembre-se de novo, não existia Uber e nem aplicativos de transporte... **Concorrência desleal** Outra reclamação dos taxistas era a ganância de alguns companheiros. “Muitos taxistas ficam parados em pontos aos quais não per-

tencem. Isso é muito comum nos hotéis. Ninguém utiliza o sistema de radiotáxi porque sempre há um carro estacionado à porta”, contou o supervisor. Segundo ele, a lei que regulamentava o setor era antiga e arcaica, “de um tempo em que não havia telefone celular” – e muito menos smartphones. “Sempre há um cliente que tem preferência por determinado motorista. Esse usuário liga diretamente para o motorista por meio do celular. Quando a chamada é feita para o ponto, tem preferência o primeiro carro estacionado”. Sem imaginar a concorrência que teriam pela frente anos depois, os taxistas reclamavam de muitas coisas. Do poder econômico das cooperativas e frotas até das rotas dos ônibus rodoviários.

No ponto localizado na Mini Rodoviária, o movimento havia caído pela metade. A culpa, alegavam os motoristas, era das empresas de ônibus intermunicipais e interestaduais. “Apenas a Rápido Ribeirão Preto e a União passam por lá. A Cometa, a Viação Piracicabana e a São Bento passam direto pela Francisco Junqueira. Antes a gente fazia 15 corridas por dia, hoje são seis, no máximo”, reclamou Êmerson Nicotari, coordenador do ponto do Jardim Paulista. “Além de prejudicar os taxistas, atrapalha os moradores dessa região. Eles têm que desembarcar na Rodoviária e perdem tempo e dinheiro”. Os mototaxistas, então uma novidade, também eram citados como motivo na queda das corridas.

## Donos esquecem carros nas oficinas

Nem sempre, a relação entre donos de veículos e proprietários de oficina é pacífica. Da mesma forma, atrasos nos serviços ou preços abusivos não são os únicos motivos de discórdia. O Tribuna mostrou, há mais de 20 anos, que mecânicos e funileiros também eram vítimas de maus clientes. Sem dinheiro para buscarem o veículo, muitos preferiam, diante da crise, deixar o carro na oficina... Sem papas na língua, José Vagner Schiavon, mecânico há 18 anos, afirmou que 30% dos clientes eram bons pagadores. “Os outros 70%

são tranqueiras”, não negou, afirmando que preferia diminuir os serviços a ter dor de cabeça. “Eu agora exijo que o cliente assine uma promissória pelos serviços que eu vou executar no carro”. Schiavon contou que havia ganhado uma causa judicial de um cliente que deixou o carro na oficina e não pagou pelos serviços prestados e nem retirou o carro. “O cara não pagou e eu fiquei com o carro dele aqui, ocupando espaço por mais de um ano”. Para ele, faltava união da categoria para se proteger de pessoas que “usam as ofici-

nas como depósitos de carros e que demorar meses para apresentar a primeira parcela do serviço requisitado”. Enquanto esperavam os donos retirarem os veículos, muitos mecânicos enfeitam as ruas com os carros que não cabem nas oficinas. O problema é que, além de não estarem ganhando nada pelo serviço, ainda estão assumindo o risco de serem acusados em caso de roubo ou danos. À época, o presidente da Associação dos Reparadores de Veículos de Ribeirão Preto e Região (AVERP), Benedicto Minelli, disse que havia acabado de assinar um acordo com o Procon, para ajudar

a conscientizar os mecânicos a só aceitarem a execução de um trabalho mediante uma ordem de serviço, especificando data de entrada do veículo para reparo, formas de pagamento e o tipo de serviço contratado. “O que antes era um direito requerido apenas pelo consumidor, agora vai ser também pelo prestador do serviço. Acordo verbal prejudica os dois lados do negócio”, avisava Minelli. José Maurício Almeida, também mecânico, contou que tinha um Fusca e uma Brasília parados em sua oficina, cujos donos haviam desaparecido sem deixar nem

ao menos a entrada do serviço. Ela avaliava que a crise financeira é que obrigava os proprietários a abandonarem os veículos. “A situação vem piorando ano a ano. Este (1999) foi o pior. Nós mandamos o guincho buscar o carro para fazer o orçamento do veículo e não sai disso”. Para os mecânicos que já assumiram verbalmente compromissos abandonados pelos proprietários de veículos, o advogado Edmir Andrade orientava que a oficina deveria procurar um cartório de registro civil e fazer uma notificação ao dono do carro, expondo a data de entrada do veículo na oficina, o tipo de

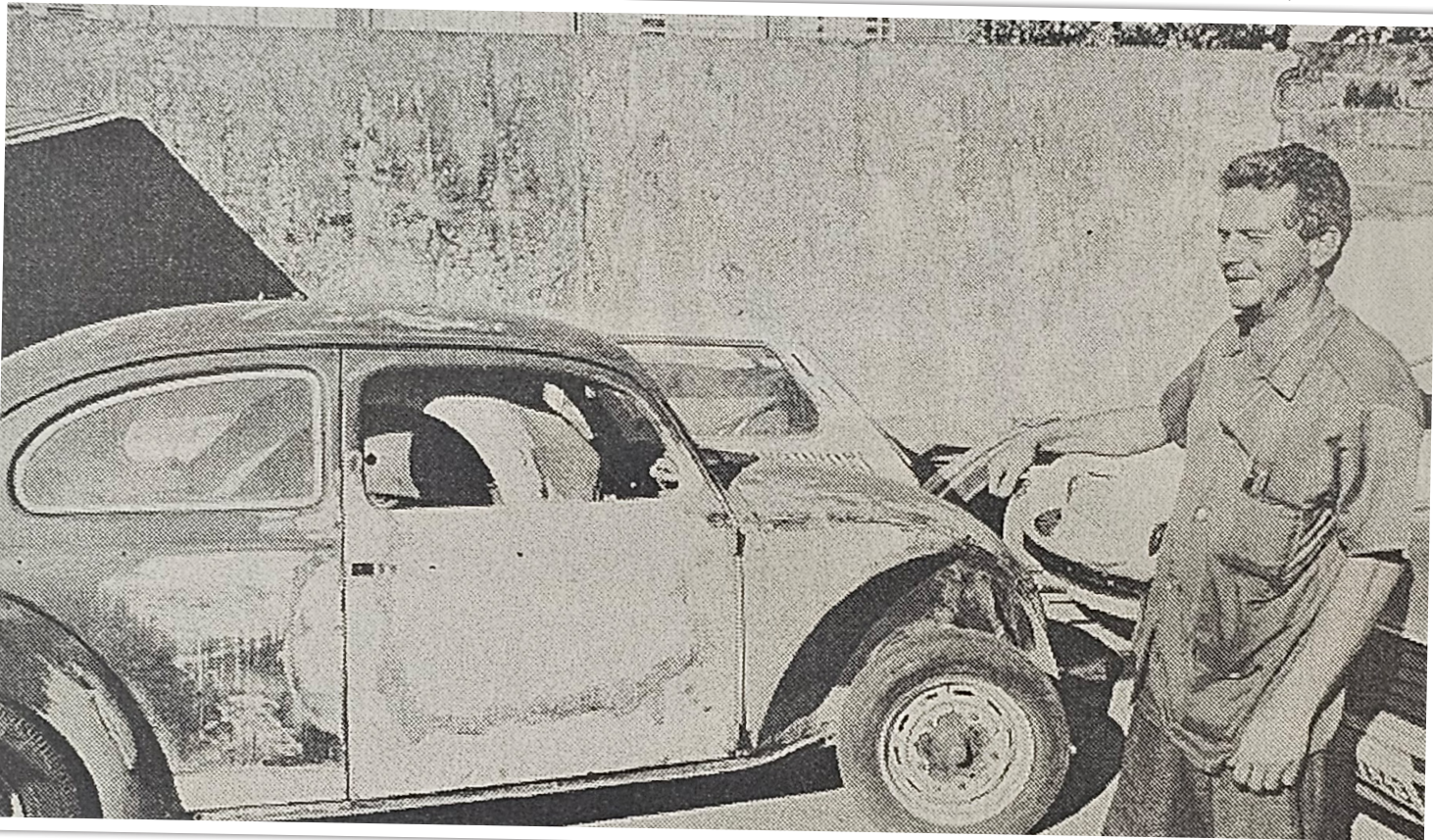
serviço requerido e qual a situação do carro, exigindo um pagamento de aluguel pela estadia do veículo. O valor poderia ser constituído em mora, sob a justificativa de que tipo de prejuízo o dono da oficina está tendo com a ocupação de trabalho. A notificação deveria estipular um prazo para o dono comparecesse. E caso não tivesse retorno dentro do prazo, o mecânico deveria entrar com uma ação no juizado de pequenas causas. “Todas essas medidas vão eximir o proprietário da oficina de qualquer responsabilidade pelo serviço, inclusive por roubo de peças ou do próprio veículo”, ensinou.

Uber chegou em 2016



Uber: cidade conta com o aplicativo desde 2016

Ribeirão Preto passou a contar com os serviços da Uber em setembro de 2016. Segundo dados da própria empresa, foi a 21ª cidade brasileira a contar com o serviço de transporte privado. Inicialmente, estava disponível apenas a opção UberX, que oferece carros compactos, fabricados a partir de 2009, e que tenham ar-condicionado e quatro portas.



José Maurício mostra o Fusca 'esquecido' na oficina





# “Entre aspas”

O que disseram ao Tribuna Ribeirão

*“A solução para os problemas regionais passa, necessariamente, por uma reforma agrária na região de Ribeirão Preto. Aqui e agora. Inclusive para enfrentar o problema da violência”.*



Marcelo Pedroso Goulart, promotor da Infância e Juventude e do Meio Ambiente de Ribeirão Preto.

*“Os traficantes, hoje, cumprem o serviço social que a prefeitura deixou de fazer”.*



*“Vou mandar um pacote de alfafa para ele”.*



Armando Marques, presidente da Comissão de Arbitragem da CBF sobre os erros do árbitro Paulo César de Oliveira.

*“Comida sem educação é ração”.*



Eduardo Zanello, ex-jogador, fundador do Olé Brasil e então proprietário do Soccer Club, que atendia 450 carentes num projeto social de escolas de futebol.

*“Minha saída do PC do B não foi traição, apenas um amadurecimento político. Não dei marteladas no Muro de Berlim, nem enviei albaneses para a Itália. O modelo de governo proposto no estatuto do PC do B é inviável”.*



Delcídes Canelli, vereador, ao trocar o PC do B pelo PFL, logo após se reeleger nas eleições municipais de 1997.

*“O sonho não acabou, os príncipes é que mudaram. Antes, as garotas sonhavam om artistas de cinema, médicos, diplomatas... Hoje, sonham com pagodeiros, jogadores de futebol e cantores sertanejos”.*



Salvatore Laureano, estilista.

*“Um personagem como esse já está julgado. O PT maculou sua sede, foi um episódio desastrado”.*



Leonel Brizola, político, durante horário eleitoral gratuito na TV, sobre a reunião entre Lula e ACM, na sede do PT.

*“Quantas páginas tem o jornal? Esse assunto merece um livro”.*



Odônio dos Anjos Filho, ao ser questionado sobre o que aconteceu na prévia do PT, em 1996, quando tudo indicava que ele seria o candidato a prefeito pelo partido.